



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE

Concurso Público

**“Arrendamento de um espaço para Oficina / Loja destinado a artesãos,
no Centro de Promoção do Património e Turismo”**

PROGRAMA DE CONCURSO

Castro Verde, 16 de janeiro de 2013



PROGRAMA DE CONCURSO

Epígrafe de Artigos

1. Entidade pública contratante
2. Objeto e Modalidade do concurso
3. Concorrentes
4. Apresentação das propostas
5. Pedido de esclarecimentos
6. Documentos que instruem as propostas
7. Modo de apresentação das propostas
8. Exclusão de Propostas
9. Avaliação
10. Critério de Classificação
11. Adjudicação
12. Notificação da Adjudicação
13. Anulação da Adjudicação
14. Causas da não Adjudicação
15. Candidatos suplentes
16. Falsidade de documentos e de declarações



SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

Entidade Pública Contratante

A entidade pública contratante é o Município de Castro Verde, sito na Praça do Município, 7780-217 Castro Verde, com o telefone n.º 286 320 700, Fax n.º 286 320 709, endereço de correio eletrónico: geral@cm-castroverde.pt e sítio na Internet <http://www.cm-castroverde.pt>.

ARTIGO 2.º

Objeto e Modalidade do Concurso

1. O presente concurso tem por objeto a Adjudicação do arrendamento de um espaço para oficina / loja no Centro de Promoção de Património e Turismo, sito na Rua de Mértola, em Castro Verde.
2. O espaço a que se refere o ponto anterior é destinado a artesãos residentes no concelho, há pelo menos dois anos, podendo este espaço ter uma dupla funcionalidade: de oficina para produção/fabrico de artigos de artesanato e de loja para a venda dos mesmos.
3. O valor do arrendamento dos espaços é de 60,00 € (Sessenta Euros) de retribuição mensal.

ARTIGO 3.º

Concorrentes

1. O concurso é público, podendo apresentar proposta pessoas singulares, coletivas ou equiparadas e legalmente habilitadas ao exercício da atividade de artesanato, ainda que como atividade secundária, devendo encontrar-se coletado no serviço de finanças competente ou vir a coletar-se no mês da adjudicação.
2. O mesmo espaço (Loja / oficina) pode ser partilhado por mais que um artesão, devendo a proposta ser formalizada em conjunto, e em caso de adjudicação do arrendamento partilhado, o valor da renda mensal recairá em proporção idêntica a cada um dos artesãos, bem como a responsabilidade inerente ao contrato de arrendamento, e será celebrado contrato individual com todos os arrendatários, referindo-se no mesmo que é relativo a uma proposta conjunta.



SECÇÃO II

PROPOSTAS

ARTIGO 4.º

Apresentação das Propostas

1. A proposta e os documentos que a acompanham terão de ser entregues até às 17:30 horas do dia 28 de fevereiro de 2013, sob pena de não serem admitidas.
2. A proposta e os documentos que a acompanham podem ser entregues pelos concorrentes ou seus representantes, diretamente durante o período normal de atendimento ao público na Secção Financeira e Património – Praça do Município, 7780-217 Castro Verde, ou remetidas pelo correio sob registo e com aviso de receção.
3. O período normal de atendimento ao público na Secção Financeira e Património é das 9:00 h às 12:30 h e das 14:00 h às 17:30 h.
4. Se o envio da proposta for feito pelo correio, o concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese da entrada dos documentos se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega das propostas.

ARTIGO 5.º

Pedido de Esclarecimentos

1. A entidade que preside ao concurso é o Município de Castro Verde, a quem deverão ser apresentadas por escrito, dentro do primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, as reclamações e pedidos de esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças do processo de concurso.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas e não suspendem a contagem do prazo.

ARTIGO 6.º

Documentos que Instruem as Propostas

1. Portefólio da sua atividade enquanto artesão, acompanhado de memória descritiva sobre a área de criação que pretende desenvolver, bem como outros documentos que o concorrente considere essenciais para apreciação da sua proposta, tendo em conta os critérios de classificação enumerados no art. 10.º e os que sejam adequados à comprovação da sua idoneidade profissional e da capacidade técnica e financeira para promoção do espaço, objeto do presente concurso.



2. Declaração da Junta de Freguesia a atestar a residência no concelho de Castro Verde, há pelo menos 2 anos.
3. Fotocópia do Bilhete de Identidade / Cartão do cidadão.
4. Declaração de compromisso da aceitação do valor da renda no valor de 60,00 € (Sessenta euros) e de todas as cláusulas constantes no caderno de encargos, a elaborar de acordo com modelo anexo (Anexo I) do presente programa de concurso.

ARTIGO 7.º

Modo de Apresentação das Propostas

1. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem, serão acompanhados da tradução devidamente autorizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais. Não poderá conter palavras riscadas, emendas, rasuras ou entrelinhas, a não ser com a respetiva ressalva.
2. A proposta elaborada nos termos do número anterior será encerrada em sobrescrito opaco e fechado, em cujo rosto se escreverão as palavras *“Proposta para adjudicação de arrendamento de espaço para oficina/loja no centro de promoção do património e turismo”*, o nome ou a denominação social do concorrente e a sua morada.

SECÇÃO III

APRECIÇÃO E ADJUDICAÇÃO

ARTIGO 8.º

Exclusão das propostas

1. São excluídas as propostas que:
 - a) Não sejam recebidas no prazo fixado;
 - b) Não contenham os elementos exigidos no artigo 6.º
 - c) Não se enquadrem no objeto deste concurso.



ARTIGO 9.º

Apreciação

Findo o prazo de apresentação das propostas, a Câmara Municipal elaborará, no prazo de oito dias úteis, a lista de classificação provisória dos candidatos ao concurso e dos candidatos excluídos com indicação sucinta, no caso destes, das razões da exclusão.

ARTIGO 10.º

Critério de classificação

1. A classificação dos concorrentes resulta da aplicação da pontuação e coeficientes constantes do mapa anexo (*Anexo II*) ao programa de concurso, sendo obtida através da soma total de pontos obtidos.

- a) Originalidade, criatividade e qualidade dos produtos a produzir, bem como a fundamentação da proposta, tendo em conta a memória descritiva de dinamização do espaço (40%);
- b) Experiência comprovada na atividade de artesanato que garanta a prestação de um serviço de qualidade (15%);
- c) Proposta conjunta / partilha de espaço de uma forma organizada ou informal, mas efetiva e regular (15%);
- d) Propostas anuais de oficinas e iniciativas / atividades a dinamizar e destinadas ou abertas ao público (ex. organização de workshops, entre outras) (10%);
- e) Participação em atividades na área do artesanato promovidas pela autarquia nos últimos dois anos (5%);
- f) Partilha de equipamentos e meios com outros artesãos ou elementos da comunidade de uma forma efetiva, regular ou pontualmente (5%);
- g) Manutenção / criação de postos de trabalho (5%);
- h) Idade dos candidatos (5%);

2. O Município de Castro Verde reserva-se o direito de solicitar aos concorrentes os esclarecimentos que entender necessários e convenientes à tomada de decisão da atribuição da classificação.

3. Será criada uma comissão de análise, constituída por três elementos, representativa das áreas das artes, turismo e autarquia, para avaliação da originalidade e inovação dos produtos a produzir e o interesse dos mesmos para o concelho.



ARTIGO 11.º

Adjudicação

1. Com base num relatório fundamentado, elaborado pelo júri, a adjudicação é feita ao concorrente que tiver apresentado a proposta que melhor se enquadre na filosofia do funcionamento do Centro de Promoção de Património e Turismo, de acordo com os critérios mencionados no art.º 10.º.
2. Os concorrentes serão ordenados por ordem decrescente de pontos obtidos.
3. No caso de empate, atender-se-á em primeiro lugar ao concorrente que obtiver melhor classificação nos itens indicados abaixo, pela ordem indicada:
 - Originalidade, criatividade e qualidade dos produtos a produzir;
 - Propostas anuais de oficinas e iniciativas a dinamizar abertas ao público;
 - Participação em atividades na área do artesanato promovidas pela autarquia nos últimos dois anos;
 - Partilha de equipamento e meios com outros artesãos e/ou elementos da comunidade;

ARTIGO 12.º

Notificação da Adjudicação

Nos cinco dias posteriores à respetiva decisão, todos os concorrentes serão notificados do ato de adjudicação.

ARTIGO 13.º

Anulação da Adjudicação

1. A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
 - a) Não entregue a documentação que lhe é exigida;
 - b) Não compareça no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, sem razão que o justifique.
2. Nos casos previstos no número anterior, a adjudicação será feita ao concorrente classificado no lugar imediatamente a seguir da lista de classificação devidamente ordenada.



ARTIGO 14.º

Causas da Não Adjudicação

1. O Município de Castro Verde reserva-se o direito de não adjudicar o arrendamento do espaço para oficina / loja do Centro de Promoção de Património e Turismo, devendo para o efeito fundamentar a decisão.
2. Caso se verifique a não adjudicação, os concorrentes serão notificadas da decisão e dos fundamentos que a justificam.

ARTIGO 15.º

Candidatos suplentes

1. Os candidatos a quem não foi atribuído o arrendamento, serão classificados como suplentes e serão chamados pela ordem de classificação, sempre que o candidato efetivo venha a desistir do espaço atribuído.
2. Esta lista também será válida para as oficinas/lojas já arrendadas, sitas no centro de promoção de património e turismo, nomeadamente as lojas 2 e 3.

SECÇÃO V

DECLARAÇÕES

ARTIGO 16.º

Falsidade de Documentos e de Declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.



ANEXO I

(de acordo com o disposto no n.º 3 do art. 6.º do Programa de Concurso Público para Adjudicação do arrendamento de um espaço para oficina / loja no Centro de Promoção de Património e Turismo)

Exmo. Senhor Presidente
da Câmara Municipal de Castro Verde

..... (nome, número de identificação fiscal, morada)¹,
tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do processo de Concurso Público para Adjudicação do arrendamento de um espaço para oficina / loja destinado a artesãos, no Centro de Promoção de Património e Turismo, declara sob compromisso de honra, que se obriga a executar o referido contrato² em conformidade com o conteúdo do mencionado no caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas e ao pagamento de uma retribuição mensal de 60,00 € (Sessenta Euros) pelo arrendamento do espaço.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete em tudo ao que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

Data:

Assinatura:

- 1) Em caso de arrendamento partilhado, indicar os elementos respeitantes a todos os artesãos.
- 2) Acrescentar “de forma partilhada”, caso opte por arrendamento partilhado com outro ou outros artesãos.



**CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DO ARRENDAMENTO DE TRÊS ESPAÇOS
PARA OFICINAS / LOJAS DESTINADAS A ARTESÃOS
NO CENTRO DE PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO E TURISMO**

FORMULÁRIO DE ATRIBUIÇÃO DA PONTUAÇÃO

ANEXO II

PARÂMETROS DE ANÁLISE DA PROPOSTA			Ponderação	Assinalar com X	Pontuação Atribuída
				(A preencher pelos serviços municipais)	
1.1. Originalidade, criatividade e qualidade dos produtos a produzir			40%		
1.1.1. Original, criativa e de grande interesse (muito bem fundamentada)	20	8,00			
1.1.2. Original, criativa e de interesse (fundamentada)	16	6,40			
1.1.3. Original, criativa e de interesse suficiente	12	4,80			
1.1.4. Original, criativa e de interesse insuficiente	8	3,20			
1.2. Experiência comprovada na atividade de artesão que garanta a prestação de um serviço de qualidade			15%		
1.2.1. Superior ou igual a 5 anos	20	3,00			
1.2.2. Superior ou igual a 2 e inferior a 5 anos	17	2,55			
1.2.3. Superior ou igual a 1 e inferior a 2 anos	14	2,10			
1.2.4. Inferior a 1 ano	10	1,50			
1.3. Proposta conjunta / partilha de espaços, de uma forma organizada ou informal, mas efetiva e regular			15%		
1.3.1. Proposta conjunta / partilha de espaços	20	3,00			
1.3.2. Proposta individual	10	1,50			
1.4. Propostas anuais de oficinas conjunta / partilha de espaços, de uma forma organizada ou informal, mas efetiva e regular			10%		
1.4.1. Superior a 3 iniciativas	20	2,00			
1.4.2. 1 ou 2 Iniciativas	10	1,00			
1.4.3. Nenhuma iniciativa	0	0,00			
1.5. Participação em atividades na área do artesanato promovidas pela autarquia nos últimos dois anos			5%		
1.5.1. Superior a 3 atividades	20	1,00			
1.5.2. Entre 1 a 2 atividades	10	0,50			
1.5.3. Nenhuma atividade	0	0,00			
1.6. Partilha de equipamentos e meios com outros artesãos ou elementos da comunidade			5%		
1.6.1. Sim	20	1,00			
1.6.2. Não	10	0,50			
1.7. Manutenção / criação de postos de trabalho			5%		
1.7.1. Superior a 2 postos de trabalho	20	1,00			
1.7.2. 2 postos de trabalho	14	0,70			
1.7.3. 1 posto de trabalho	10	0,50			
1.8. Idade dos candidatos			5%		
1.8.1. Inferior ou igual a 35 anos	20	1,00			
1.8.2. Superior a 35 anos	10	0,50			

TOTAL DA PONTUAÇÃO

0,00